

Disciplina - Análise de Política Externa – PPGRI – IREL – UNB

Quintas pela manhã.

Professores: Haroldo Ramanzini Júnior e Rogério de Souza Farias

A disciplina estará dividida 3 módulos que abordarão o campo de estudos de Análise de Política Externa, suas características principais e sua inserção no campo acadêmico de Relações Internacionais. A parte final do curso será dedicada ao campo de Análise de Política Externa no Brasil, sua evolução e desafios conceituais e metodológicos. O curso buscará capacitar os alunos a:

- 1) Identificar a política externa como uma política pública;
- 2) Mapear atores e estruturas organizacionais relevantes para a compreensão da política externa;
- 3) Analisar processos decisórios em ambientes burocráticos;
- 4) Estar ciente dos obstáculos cognitivos, burocráticos, organizacionais e sistêmicos que afetam o processo de formulação e implementação da política externa;
- 5) Compreender como a atividade de análise e de pesquisa no campo está sendo alterada profundamente nas últimas décadas e quais os desafios do futuro;

Como forma de inserir as leituras dentro de um quadro prático de discussão, ao longo da matéria poderão ser utilizados vários estudos de caso. As leituras são divididas entre obrigatórias e suplementares.

Os cursos de análise de política externa geralmente percorrem um roteiro padronizado, contendo as seguintes partes: teorias de processo decisório, o papel da personalidade, a questão das crenças e da percepção, o papel do Estado e da sociedade, a relação entre fatores domésticos e internacionais e o estudo da própria disciplina da análise de política externa.

Para este curso, usou-se parcialmente essa estrutura para a primeira parte do curso, com uma divisão em quatro módulos: 1) Agenda, formulação, implementação e arenas; 2) Trade-offs, atores domésticos e legitimidade; 3) Desafios psicológicos, burocráticos e sistêmicos à formulação e à implementação da política externa; 4) Continuidade e Mudança na política externa.

Participação: Parte essencial da aprendizagem na disciplina decorrerá da participação nos debates na sala de aula.

Avaliação será mediante um trabalho escrito de 70 pontos, a ser apresentado ao final do semestre, sendo 30 pontos decorrentes da participação nas discussões de sala de aula.

Módulo 1: Agenda, formulação, implementação e arenas.

Aula 1 – Apresentação. Interesse nacional e política externa

Objetivo: Nessa primeira aula, será apresentado o plano geral da disciplina. Como forma de balizar a discussão, serão apresentados aos alunos dois conceitos: interesse nacional e política externa.

Referência(s) obrigatória(s):

Berridge, G. R. e Lloyd, Lorna, *The Palgrave Macmillan dictionary of diplomacy*. New York: Palgrave, 2012. Verbetes: National interest, Vital interest, Foreign policy.

Robinson, Thomas W. National interests. In: Rosenau, James N. *International politics and foreign policy: a reader in research and theory (revised edition)*. New York: Free Press, 1969, p. 182-190.

Moraes, Lauro Escorel de. "O Conceito Interesse Nacional E a Responsabilidade de Diplomacia Brasileira." *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo* 81 (1986): 151-61.

Silveira, A. F. Azeredo da. *Conferência pronunciada pelo embaixador Francisco Azeredo da Silveira, ministro de estado das Relações Exteriores, na Escola Superior de Guerra, no dia 27 de maio de 1974*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1974.

May, Ernest R. The nature of foreign policy: the calculated versus the axiomatic. *Daedalus*, v. 91, n. 4, p. 653-67. 1962.

Referência(s) suplementare(s):

George, Alexander L., *On foreign policy: unfinished business*. Boulder and London: Paradigm Publishers, 2006. Capítulo 1 (Ideology, national interest and national values).

Adler-Nissen, Rebecca, Conclusion: relationalism or why diplomats find international relations theory strange in: Sending, Ole Jacob, Pouliot, Vincent, *et al* (ed), *Diplomacy and the making of world politics* (Cambridge, U.K.: Cambridge University Press, 2015), p. 284-308.

Reus-Smit, Christian. International Relations, irrelevant? Don't blame theory. *Millennium*, v. 40, n. 3, p. 525-40. 2012.

Aula 2 – Análise de política externa

Objetivo: A análise de política externa é um subcampo da disciplina de relações internacionais. Suas bases teóricas e conceituais foram criadas na década de 1950 e, desde então, ocupam lugar privilegiado nos currículos universitários, a despeito do avanço de abordagens mais sistêmicas. O propósito dessa aula é apresentar os fundamentos desse campo.

Referência(s) obrigatória(s):

Hudson, Valerie M. The history and evolution of foreign policy analysis. In: Smith, Steve, Hadfield, Amelia, *et al*. *Foreign policy: theories, actors, cases*. Oxford: Oxford University Press, 2008, p. 11-30.

Carlsnaes, Walter. Actors, structures and foreign policy analysis. In: Smith, Steve, Hadfield, Amelia, *et al*. *Foreign policy: theories, actors, cases*. Oxford: Oxford University Press, 2008, p. 85-100.

Juliet, Kaarbo. A Foreign Policy Analysis Perspective on the Domestic Politics Turn in IR Theory. *International Studies Review*, v. 17, n. 2, p. 189-216. 2015

HUDSON, Valerie. Foreign Policy Analysis: actor – specific theory and the ground of International Relations. *Foreign Policy Analysis*. vol. 1, no. 1, 2005, pp. 1-30.

Referência(s) suplementare(s):

Alden, Chris e Aran, Amnon. *Foreign policy analysis: new approaches*. 2nd edition. New York: Routledge, 2017. Capítulo 1 (Foreign policy analysis: an overview, 1-18).

Mintz, Alex e Derouen, Karl R. *Understanding foreign policy decision making*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. Capítulo 2 (Types of decisions and levels of analysis in foreign policy decision making, 15-32).

Brummer, Klaus e Hudson, Valerie M. The boundedness of Foreign Policy Analysis Theory? *Global Society*. V. 31, Nº 2, 157-166. 2017.

Groom, A J R. Foreign policy analysis: from little acorn to giant oak? *International Studies*. V. 44, Nº 3, 195-215. 2007.

Wallace, William. *Foreign policy and the political process*. London: Macmillan, 1971.

Rosenau, James. Comparative Foreign Policy: Fad, Fantasy, or Field? *International Studies Quarterly*, 12(3), 296-329, 1968.

Estudo de caso: The Cuban missile crisis. In: Smith, Steve, Hadfield, Amelia, et al. *Foreign policy: theories, actors, cases*. Oxford: Oxford University Press, 2008. p. 207-28 (Foco nas páginas 222-228).

Aula 3 – Política externa como política burocrática.

Objetivo: Após compreender as bases disciplinares da análise de política externa, essa aula focará o tema da política burocrática e das unidades decisórias no estudo da política externa. Será particularmente útil para refinar as lentes analíticas dos alunos a distinção entre “unidades de análise” e “níveis de análise”. Convém notar que, do ponto de vista processual, na literatura de políticas públicas há várias teorias – análise institucional, difusão, equilíbrio pontuado, *multiple streams*, *advocacy coalition framework*, construção social – e que aqui será apresentada uma abordagem mais tradicional.

Referência(s) obrigatória(s):

Snyder, Richard C., et al. The decision-making approach to the study of international politics. In: Rosenau, James N. *International politics and foreign policy: a reader in research and theory (revised edition)*. New York: Free Press, 2002.

Hermann, Margaret G. How Decision Units Shape Foreign Policy: A Theoretical Framework. *International Studies Review*. V. 3, Nº 2, 47-81. 2001.

Farias, Rogério de Souza. *O Brasil e o GATT (1973-1993): unidades decisórias e política externa*. Curitiba: Juruá, 2009. (Trecho do capítulo 1).

Referência(s) suplementare(s):

Allison, Graham T e Halperin, Morton H. Bureaucratic politics: A paradigm and some policy implications. *World politics*. V. 24, Nº S1, 40-79. 1972.

Frederickson, H. George e Smith, Kevin B. *The public administration theory primer*. Boulder: Westview Press, 2012. Capítulo 3 (Theories of bureaucratic politics, 41-66).

Rosati, Jerel A. Developing a systematic decision-making framework: Bureaucratic politics in perspective. *World Politics*. V. 33, Nº 2, 234-252. 1981.

Buzan, Barry. The level of analysis problem in international relations reconsidered. In: Booth, Ken e Smith, Steve. *International relations theory today*. Cambridge, U.K.: Polity Press, 1995, p. 198-216.

Snyder, Richard C., et al. Decision-making as an approach to the study of international politics. In: Snyder, Richard C., Bruck, H. W., et al. *Foreign policy decision-making (revisited)*. New York: Palgrave Macmillan, 2002, p. 21-153. Só a parte que vai da página 76 a 144

Braybrooke, David e Lindblom, Charles E. Types of decision-making. In: Rosenau, James N. *International politics and foreign policy: a reader in research and theory (revised edition)*. New York: Free Press, 1969, p. 207-216.

Yurdusev, A Nuri. 'Level of Analysis' and 'Unit of Analysis': A Case for Distinction. *Millennium*. V. 22, Nº 1, 77-88. 1993.

Estudo de caso: Reatamento de laços comerciais e econômicos com a URSS ou o restabelecimento das relações diplomáticas com a República Popular da China. Fonte: Pinheiro, Letícia. Restabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China: uma análise do processo de tomada de decisão. *Estudos Históricos*, v. 6, n. 12, p. 247-70. 1993.

Estudo suplementar: O 11 de setembro no aparelho burocrático americano.

Aula 4 – O poder de definir a agenda e os empreendedores da política externa.

Objetivo: A definição do que está na agenda governamental é aspecto crucial do processo de formulação de política externa. Quem controla a agenda tem grande poder sobre o que é apreciado pelo Estado e como.

Referência(s) obrigatória(s):

Page, Edward C. The origins of policy. In: Moran, Michael, Rein, Martin, *et al.* *The Oxford handbook of public policy*. Oxford: Oxford University Press, 2006, p. 207-227.

Dearing, James W. e Rogers, Everett M. *Agenda-setting*. Thousand Oaks: Sage, 1996. P. 1-8.

Referência(s) suplementare(s):

Jones, Bryan D. e Baumgartner, Frank R. *The politics of attention: how government prioritizes problems*. Chicago: University of Chicago Press, 2005, (Capítulo 10 – Representation and attention, 249-273).

Majone, Giandomenico. Agenda setting. In: Moran, Michael, Rein, Martin, *et al.* **The Oxford handbook of public policy**. Oxford: Oxford University Press, 2006, p. 228-250.

Wolfe, Michelle. Putting on the brakes or pressing on the gas? Media attention and the speed of policymaking. **Policy Studies Journal**. V. 40, Nº 1, 109-126. 2012.

Barr, Kasey e Mintz, Alex. Public Policy Perspective on Group Decision-Making Dynamics in Foreign Policy. **Policy Studies Journal**. V. 46, Nº S69-S90. 2018. (Só páginas 70-73).

Estudo de caso: A Operação Panamericana.

Aula 5 – Implementando a política externa

Objetivo: Tanto a literatura como a prática da política externa tendem a focar no processo de formulação. A atividade de implementá-la é colocada em segundo plano. Esse é um erro. Sucesso e fracassos são muito influenciados não só pela implementação como pela maneira como esse estágio é considerado na etapa de formulação.

Referência(s) obrigatória(s):

Hill, Christopher e Brighi, Elisabetta. Implementation and behavior. In: Smith, Steve, Hadfield, Amelia, *et al.* *Foreign policy: theories, actors, cases*. Oxford: Oxford University Press, 2008, p. 117-136.

Smith, Steve e Clarke, Michael, Foreign policy implementation and foreign policy behavior in: Smith, Steve e Clarke, Michael (ed), *Foreign policy implementation* (London: George Allen &

Unwin, 1985), p. 1-10.

_____, Conclusion in: Smith, Steve e Clarke, Michael (ed), *Foreign policy implementation* (London: George Allen & Unwin, 1985), p. 166-180.

Halperin, Morton H., *et al. Bureaucratic politics and foreign policy. Second edition.* Washington, D.C.: The Brookings Institution, 2006. Capítulo 13 (Decisions and implementation, 243-272).

Referência suplementar:

BALDWIN, David. Success and failure in foreign policy. *Annual Review of Political Science*. Vol. 3, pp. 167-182, 2000.

Estudo de caso: A política africana de Giscard d'Estaing. Farrands, Christopher, 'Diamonds and impotence': the implementation of Giscard d'Estaing's African policies in: Smith, Steve e Clarke, Michael (ed), *Foreign policy implementation* (London: George Allen & Unwin, 1985), p. 72-94.

Módulo 2: Atores domésticos, coordenação e legitimidade

Aula 6 – Atores sociais e legitimidade

Objetivo: Nessa aula, indicaremos como há, no plano doméstico, uma pulverização de atores com influência na política externa. Em um regime democrático, lidar com essa multiplicidade de vozes dissonantes é desafiador. O propósito da aula será discutir quais as raízes domésticas da “legitimidade” da política externa e como atores domésticos influenciam o processo decisório. Essa discussão preparará o terreno para discutir o caso particular do Brasil nas próximas aulas.

Referência(s) obrigatória(s):

George, Alexander L., *On foreign policy: unfinished business.* Boulder and London: Paradigm Publishers, 2006. Capítulo 2 (The need for policy legitimacy)

Mintz, Alex e Derouen, Karl R. **Understanding foreign policy decision making.** Cambridge: Cambridge University Press, 2010. Capítulo 7 (International, domestic, and cultural factors influencing foreign policy decision making, 129-136).

Hagan, Joe D. Domestic political explanations in the analysis of foreign policy. In: Neack, Laura, Hey, Jeanne A. K., *et al. Foreign policy analysis: continuity and change in its second generation.* Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1995. 117-143.

Referência(s) suplementare(s):

Risse-Kappen, Thomas. Public opinion, domestic structure, and foreign policy in liberal democracies. *World Politics*, v. 43, n. 4, p. 479-512. 1991

Aula 7 – Dissonância, fechamento cognitivo prematuro e distorções.

Objetivo: O analista de política externa sempre faz suposições sobre a motivação de atores políticos. Pouco consideramos, no entanto, como essa atividade pode ser negativamente influenciada pela distância/desconhecimento e por pré-julgamentos.

Referência(s) obrigatória(s):

Griffin, Em. Cognitive dissonance theory of Leon Festinger. In: Griffin, Em. *A first look at communication theory. Eighth edition.* New York: McGraw-Hill, 2012, p. 217-229.

Jervis, Robert. *Perception and misperception in international politics*. Princeton: Princeton University Press, 1976. Parte do capítulo 4 (Process of perception – 172 a 202).

Tetlock, Philip E. e Gardner, Dan, *Superforecaster: the art and science of prediction*. New York: Crown Publishers, 2015. Capítulo 11 (Are they really so super?)

Epley, Nicholas, *Mindwise: why we misunderstand what others think, believe, feel and want*. New York: Vintage Books, 2015. Capítulos 3 (How we dehumanize) e 6 (The uses and abuses of stereotypes).

Referência(s) suplementare(s):

Jones, Bryan D, *et al.* Policy bubbles. *Policy Studies Journal*. V. 42,Nº 1, 146-171. 2014.

Estudo de caso: A diplomacia brasileira e as eleições americanas de 1976.

Aula 8– Groupthink.

Objetivo: O processo de formulação e implementação da política externa se desenrola em contexto de pluralidade de atores. A compreensão dessa dinâmica de interação é essencial para um ambiente decisório mais eficiente e menos enviesado no processamento de informação. Nessa aula, lidaremos com um dos problemas comuns (“groupthink”), apresentando as possíveis vias para superar esse problema.

Referência(s) obrigatória(s):

Janis, Irving L. Groupthink. In: Griffin, E. *A first look at communication theory*. New York: McGraw-Hill Book Company, inc., 1991, p. 235-246.

Sunstein, Cass R e Hastie, Reid. *Wiser: getting beyond groupthink to make groups smarter*. Boston: Harvard Business Press, 2015. Capítulo 6 (Eight ways to reduce failures, 104-124).

Referência(s) suplementare(s):

Janis, Irving L. *Groupthink: psychological studies of policy decisions and fiascoes*. 2ª Edition. Boston: Houghton Mifflin Company, 1982. Capítulos 8 (The groupthink syndrome – 174 a 197), 10 (Generalizations: who succumbs, when and why, 242-259) e 11 (Preventing groupthink, 260-276)

Kowert, Paul. *Groupthink or deadlock: when do leaders learn from their advisors?* Albany: State University of New York Press, 2002.

Neck, Christopher P e Moorhead, Gregory. Groupthink remodeled: The importance of leadership, time pressure, and methodical decision-making procedures. *Human Relations*. V. 48,Nº 5, 537-557. 1995.

Hart, Paul't, *et al.* *Beyond groupthink: political group dynamics and foreign policy-making*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1997. (Especialmente capítulos do Alexander George).

Estudo de caso: D. João VI e a crise europeia; Getúlio Vargas e a Segunda Guerra Mundial.

Aula 9 – A política externa no sistema internacional.

Objetivo: Nas leituras das aulas anteriores, sempre são apresentados aspectos do sistema internacional de forma tangencial. Seria equivocado, no entanto, dissociar o plano da política externa de seu aspecto estruturalmente internacional. O propósito dessa aula é indicar a complexidade desse plano externo e os desafios impostos no processo de formulação e implementação da política externa.

Referência(s) obrigatória(s):

Jervis, Robert. *System effects: complexity in political and social life*. Princeton: Princeton

University Press, 1997. Capítulo 2 (System effects, 29-90).

Referência(s) suplementare(s):

Taliaferro, Jeffrey W., Lobell, Steven E., *et al.* Introduction: neoclassical realism, the state, and foreign policy. In: Taliaferro, Jeffrey W., Lobell, Steven E., *et al.* *Neoclassical realism, the state and foreign policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. p. 1-41.

Rose, Gideon. Neoclassical realism and theories of foreign policy. *World politics*, 51(01), 144-172, 199m m8.

Waltz, Kenneth. International politics is not foreign policy. *Security Studies*, 6(1), 54-57, 1996.

Aula 10 – Janelas de oportunidade e mudanças na política externa.

Objetivo: Ter uma excelente ideia ou proposta não basta. Muitas vezes, a despeito de haver o reconhecimento de um problema e a formulação de soluções, há a necessidade da atuação de um empreendedor de política para aproveitar janelas de oportunidade. Há, no âmbito da literatura de políticas públicas, numerosos trabalhos sobre o tema, com alguns tratando especificamente da área de política externa.

Referência(s) obrigatória(s):

Doeser, Fredrik e Eidenfalk, Joakim. The importance of windows of opportunity for foreign policy change. *International area studies review*. V. 16,Nº 4, 390-406. 2013.

Weible, Christopher M, *et al.* Understanding and influencing the policy process. *Policy Sciences*. V. 45,Nº 1, 1-21. 2012.

Hermann, Charles F. Changing course: when governments choose to redirect foreign policy. *International Studies Quarterly*, v. 34, n. 1, p. 3-21, 1990.

Referência(s) suplementare(s):

Kingdon, John W. *Agendas, alternatives, and public policies*. 2nd Edition. Essex: Pearson, 2013. (Capítulo 8 – 165-195).

Marier, Patrik. The power of institutionalized learning: the uses and practices of commissions to generate policy change. *Journal of European Public Policy*, v. 16, n. 8, p. 1204-23. 2009. (Somente 1204-1211).

Heuer, Richards J. e Pherson, Randolph H. *Structured analytic techniques for intelligence analysis*. Second Edition. Washington, DC: CQ Press, 2015. Capítulo 4 (Decomposition and visualization).

Estudo de caso: A reforma do Itamaraty de 1931.

Módulo 3: atores sociais e política externa. O caso brasileiro

Objetivo: Em um contexto democrático, está sempre na preocupação dos decisores a legitimidade da ação governamental, especialmente a tensão entre, de um lado, a capacidade de burocracias especializadas e, de outro, a vontade dos mais diferentes grupos sociais com interesse na inserção internacional do Brasil. Parte desse tema foi tratado na Aula 1 (interesse nacional). Nessas quatro aulas, o foco será o caso brasileiro, particularmente em como ação de atores sociais afeta o processo de formulação e implementação da política externa brasileira.

Do ponto de vista prático, nessas quatro aulas os alunos, divididos em grupos, realizarão um exercício de análise de caso. Utilizando a base de dados “Eventos e atores da política externa brasileira (1930-1985)”, escolherão um ou mais eventos para identificar o tema da agenda, criar um mapeamento dos participantes e identificar os pontos de vista e interesses envolvidos.

Aula 11 – O campo de APE no Brasil

Referência(s) obrigatória(s):

Pinheiro, Leticia; Salomón, Monica. Análise de Política Externa e Política Externa brasileira: trajetória, desafio e possibilidades de um campo de estudos. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 56, no. 1, 2013.

Casarões, Guilherme. The evolution of foreign policy studies: four perspectives. In: Ames, Barry. *Routledge Handbook of Brazilian Politics*. New York: Routledge, 2018. p. 406-29

Milani, Carlos R. S. e Pinheiro, Leticia. Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. *Contexto Internacional*, v. 35, n. 1, p. 11-41. 2013.

Soares de Lima, Maria Regina. Instituições Democráticas e Política Exterior. *Contexto Internacional*, vol. 22, no. 2, 2000, pp. 265 – 303.

Aula 12 – Atores, instituições e arenas - I

Referências obrigatórias:

Aurélio Pimenta de Faria, Carlos. O Itamaraty e a Política Externa Brasileira: Do Insulamento à Busca de Coordenação dos Atores Governamentais e de Cooperação com os Agentes Societários. *Contexto internacional*, v. 34, n. 1, p. 311-55. 2012.

Pinheiro, Leticia e Milani, Carlos R. S. Introdução. In: Pinheiro, Leticia e Milani, Carlos R. S. *Política externa brasileira: as práticas da política e a política das práticas*. Rio de Janeiro: FGV, 2012. p. 13-32 (somente da página 13 a 19).

Carvalho, Maria Izabel. Condicionantes internacionais e domésticos: o Brasil e o G-20 nas negociações agrícolas da Rodada Doha. *Dados-Revista de Ciências Sociais*, vol. 53, p. 405-445, 2010.

Aula 13 – Atores, instituições e arenas – II

Salomón, Monica. A dimensão subnacional da política externa brasileira: determinantes, conteúdos e perspectivas. In: PINHEIRO, Leticia; MILANI, Carlos (orgs). *Política externa brasileira. As práticas da política e a política das práticas*. Rio de Janeiro – Editora FGV, 2012.

Diniz, Simone; Ribeiro, Claudio. Acordos internacionais e controle parlamentar no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 18, no. 37, 2010.

Ribeiro, Pedro Feliú. O legislativo e a política externa brasileira (2008 a 2015). In: Desiderá Neto, Walter Antonio et. *A. Política externa brasileira em debate: dimensões e estratégias de inserção internacional no pós-crise de 2008*. IPEA - FUNAG, 2018.

Estudo de caso (1): Quintino Bocayuva, o Tratado de Montevideu e o Congresso Nacional.

Estudo de caso (2): Palestras e uso da base de dados de eventos e atores de política externa brasileira.

Aula 14 - APE no Brasil – Contribuições recentes, balanço e perspectivas.

Farias, Rogério de Souza, Carmo, Gêssica, et al. *Eventos e atores da política externa brasileira (1930-1985) [Manuscrito]*. 2019.

Rodrigues, Pietro; Urdinez, Francisco; Oliveira, Amâncio J. Measuring international engagement: systemic and domestic factors in brazilian foreign policy from 1998 to 2014. *Foreign Policy Analysis*, 2019, p. 1-22.

Milani, Carlos; Lima, Maria Regina S. Pinheiro, Leticia. Brazil's foreign policy and the graduation dilemma. *International Affairs*, vol. 93, no. 3, 2017.

Pinheiro, Leticia; Lima, Maria Regina Soares de. Between autonomy and dependency: the place of agency in Brazilian foreign policy. *Brazilian Political Science Review*, vol. 12, 2018.

Referência(s) suplementare(s) aulas 11,12, 13,14:

Almeida, Paulo Roberto de. *Parlamento e política externa: ensaios sobre o sistema político e as relações internacionais do Brasil*. Brasília: Edição do autor, 1996

Pinheiro, Leticia e Milani, Carlos R. S. *Política externa brasileira: as práticas da política e a política das práticas*. Rio de Janeiro: FGV, 2012. (capítulos temáticos)

Lopes, Dawisson Belém. A política externa brasileira e a “circunstância democrática”: do silêncio respeitoso à politização ruidosa. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 54, n. 1, p. 67-86. 2011

Rodrigues, Gilberto Marcos Antonio. Relações internacionais federativas no Brasil. *Dados-Revista de Ciências Sociais*, v. 51, n. 4, p. 1015-34. 2008.

Couto, Estêvão Ferreira. Judicialização da política externa e direitos humanos. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 47, n. 1, p. 140-61. 2004.

Oliveira, Amâncio Jorge e Onuki, Janina. Eleições, partidos políticos e política externa no Brasil. *Revista Política Hoje*, v. 19, n. 1, p. 144-85. 2010.

Barros, Sebastião do Rego. A execução da política externa brasileira: um balanço dos últimos 4 anos. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 41, p. 18-28. 1998.

Farnham, Barbara. Impact of the political context on foreign policy decision-making. *Political Psychology*. V. 25, Nº 3, 441-463. 2004.

Guimarães, Feliciano de Sá; Martin, Maitino. Socializing Brazil into Regional Leadership: the 2006 Bolivian Gas Crisis and the Role of Small Powers in Promoting Master Roles Transitions. *Foreign Policy Analysis*, 2017, 14 (1): 1–20.

- Pinheiro, Leticia; Vedoveli, Paula. Caminhos cruzados: diplomatas e acadêmicos na construção do campo de estudos de Política Externa Brasileira. *Revista Política Hoje*, vol. 21, no. 1, 2012.
- Burgues, Sean; Bastos, Fabrício. The importance of presidential leadership for Brazilian foreign policy. *Policy Studies*, vol. 38, no. 2, 2017
- Oliveira, Ivan Tiago M.; Milani, Carlos R. S. Atores não estatais e trade policy – making no Brasil: análise dos interesses e estratégias da CEB e da REBRIP. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, vol. 55, no. 2, 2012.
- Waisbich, Laura; Cetra, Raísa; Marchezini, Joara. The transparency frontier in Brazilian Foreign Policy. *Contexto Internacional*, vol. 39, no. 1, 2017.